



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

O corpo e o trabalho doméstico:

Uma relação entre desigualdades de gênero e determinismo biológico no Ocidente.

HELENA ARAÚJO FRANZON

BRASÍLIA

2023

HELENA ARAÚJO FRANZON

O corpo e o trabalho doméstico:

Uma relação entre desigualdades de gênero e determinismo biológico no Ocidente.

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Filosofia.

Orientação: Wanderson Flor do Nascimento.

BRASÍLIA

2023

Para minha avó, cujo trabalho me permitiu estar aqui.

Meus mais sinceros agradecimentos aos meus professores do ensino médio, Marcos Ramon, Humberto Santana Junior, e Dayane Augusta, fortes bases da minha educação filosófica e política.

"As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada."

Chimamanda Ngozi Adichie.

RESUMO

A presente monografia busca expor o dilema do trabalho doméstico enquanto um encargo usualmente destinado às mulheres e associado aos corpos femininos, assim como as implicações que causa na vida das trabalhadoras. Além disso, serão apresentadas as diferentes soluções propostas por vertentes do movimento feminista, com foco na problematização feita pela comunista Alexandra Kollontai e na possibilidade da socialização deste trabalho. Depois, com apoio nos textos da filósofa nigeriana Oyeronke Oyěwùmí, procura-se expor como a raiz da questão de gênero no ocidente está ligada à um determinismo biológico, e, através da lente do trabalho doméstico, propor uma complementação às propostas de Kollontai, com uma aproximação efetivamente radical que coloca em xeque a construção social de sexo, gênero e seus papéis.

Palavras-chave: Determinismo biológico; trabalho doméstico; feminismo; corpo.

Sumário

Introdução	7
1. Sobre o trabalho doméstico	9
Um problema de todos, pensado para as mulheres	9
Medidas e soluções	11
2. Gênero e sexo enquanto invenções	15
Bio-lógica e o ocidente	15
A bio-lógica no capital	17
3. A radicalização	21
O anti-capitalismo e a família	21
Conclusão	24
Bibliografia	25

Introdução

As disparidades de gênero perseguem as mulheres nos âmbitos públicos e privados, e, deste último, uma das mais latentes é aquela que diz respeito aos afazeres domésticos. Indiscutivelmente, são as mulheres que sistematicamente se sobrecarregam com os trabalhos da casa e a criação dos filhos, muitas vezes acumulando funções em seus lares aos trabalhos remunerados e outras obrigações.

Algumas soluções foram propostas para aliviar essa carga de trabalho para as mulheres, dentre elas a remuneração do trabalho doméstico e viabilização da aposentadoria através de anos de contribuição por trabalho doméstico. E, apesar de serem medidas remediadoras do problema — e o fazerem de forma bastante eficaz, — essa escapatória ainda apresenta alguns problemas em sua estruturação que causam a perpetuação dos papéis de gênero, e podem acarretar em novas dificuldades para as mulheres. As comunistas, e em destaque neste trabalho Alexandra Kollontai, por sua vez, pensam numa forma radical de solução da questão através da socialização do trabalho doméstico.

Entretanto, é necessário pensar se também essa opção não é, na verdade, apenas um mero reformismo ao invés de um ataque direto à raiz do problema. Em que medida a socialização do trabalho doméstico o desvincula das mulheres? O trabalho doméstico socializado é ainda um trabalho cujo encargo recai sobre as mulheres. Então, qual seria a via definitiva a se tomar para com o problema? Como livrar as mulheres da obrigação social do trabalho doméstico de forma efetiva, desvincilhando o corpo feminino do imaginário deste local de uma vez por todas?

Observar-se-á aqui que a raiz do problema do trabalho doméstico não é a divisão entre a esfera pública e privada da vida feminina, mas a binaridade arbitrária da sociedade ocidental. A partir da autora Oyěwùmí, será possível delimitar como o Ocidente decidiu pôr e naturalizou um determinismo biológico que pré-faz corpos para a convivência coletiva e força os corpos "mulher" aos trabalhos domésticos e "de cuidado".

Mas, sendo essa a raiz do problema, qual seria a solução verdadeiramente radical? Atacar as construções biológicas da sociedade ocidental e abolir a centralidade dos corpos na cultura ocidental. E seria essa uma possibilidade concreta? Como poderia se dar tal movimento? Em que bases históricas, como aquelas apontadas por Silvia Federici em alguns de seus livros, é possível provar que o Ocidente de fato criou e naturalizou a existência de "homens" e "mulheres"?

Estas são algumas das perguntas que serão investigadas ao longo do trabalho, baseadas em uma revisão bibliográfica de textos de diferentes frentes políticas, feministas e epistemológicas das pensadoras previamente citadas e na metodologia marxista do materialismo histórico dialético, onde teoria, método e a materialidade constituem uma totalidade na qual o método se embasa.

1. Sobre o trabalho doméstico

Um problema de todos, pensado para as mulheres

Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado. Eles chamam de frigidez. Nós chamamos de absenteísmo. Todo aborto é um acidente de trabalho. Tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são condições de trabalho... Mas a homossexualidade é o controle da produção pelos trabalhadores, não o fim do trabalho. Mais sorrisos? Mais dinheiro. Nada será tão poderoso em destruir as virtudes de cura de um sorriso. Neuroses, suicídios, dessexualização: doenças ocupacionais da dona de casa.
(Federici, 2019).

O trabalho doméstico permeia a vida das mulheres desde a mais tenra idade. As meninas ganham, ainda na primeira infância, brinquedos que incentivam o imaginário da maternidade e da vida no lar — bonecas de bebê, pias de brinquedo com água de verdade, kits com vassoura e rodo pequenos, etc. Quando mais velhas, são rapidamente incumbidas de obrigações dentro de casa, o que não seria um problema, se não fosse, por exemplo, a disparidade de tarefas com relação aos irmãos homens. Já na fase adulta, muitas acabam acumulando o trabalho remunerado fora de casa com o trabalho doméstico, criando duplas ou até mesmo triplas jornadas de trabalho: o trabalho remunerado, o trabalho doméstico, o trabalho materno. O estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* (IPEA, 2017) usou como base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e evidenciou estatisticamente a sobrecarga feminina: "Assim, em 2015, a jornada total média semanal das mulheres superava em 7,5 horas a dos homens (53,6 horas semanais a jornada média total das mulheres e 46,1 a dos homens)" (IPEA, 2017, p. 4).

Ao mesmo tempo em que lidam com o fardo dos trabalhos invisibilizados, as mulheres também encaram em seus trabalhos remunerados desigualdade e preconceitos, sendo muitas vezes consideradas inferiores e não tendo seus esforços reconhecidos com a mesma seriedade que seus colegas homens. Isso foi reconhecido pelos movimentos feministas através da história, como demonstra o trecho:

A discriminação do trabalho, como já vimos, tem suas raízes na própria ideologia do sistema patriarcal. Uma das formas de perpetuação desta

ideologia – ao lado da legislação, por exemplo – é o processo de educação. Através dele os papéis sexuais são condicionados. As meninas, educadas para a maternidade e cuidado do lar, e os meninos para atividades criativas e produtivas. (Tribuna internacional dos crimes cometidos contra as mulheres, 1976 *apud* Mello, 2011, p. 32).

Não obstante, outras questões acrescentam camadas à questão do trabalho doméstico *versus* trabalho remunerado no Brasil. A mesma pesquisa do IPEA relatou que o tempo dedicado aos afazeres domésticos se move de maneira inversamente proporcional à renda das mulheres, ou seja, quanto maiores são seus salários, menor é o tempo que despendem para o trabalho doméstico. Logo, é possível deduzir a partir dos dados que são justamente as mulheres de baixa renda, que já tem sua força de trabalho superexplorada diariamente, que são mais afetadas por essa divisão sexual do trabalho.

Hirata e Kergoat explicam o assunto da seguinte forma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

O grande problema, então, não é a existência do trabalho doméstico em si, mas sua imposição sobre as mulheres, decidida de forma arbitrária durante a construção das relações sexo-trabalho. Os trabalhos relacionados ao cuidado são definidos como femininos e atribuídos aos corpos socialmente lidos como tal.

Essa acumulação de funções e obrigatoriedade sistemática dos trabalhos relacionados ao cuidado — dos pais, dos filhos, da casa, — impactam negativamente não só a qualidade de vida geral de muitas mulheres, mas também suas saúdes:

A atividade de cuidar requer tempo, dedicação, às vezes quase exclusiva, demandando de quem está à frente dessa tarefa a priorização daquele que está mais dependente de cuidados. Os sintomas persistentes que são mencionados pelas pessoas entrevistadas parecem se relacionar com essa responsabilidade. Fala-se em dores por todo o corpo, insônia, estresse e até pouca vontade (ou condição) de cuidar da própria saúde. A sobrecarga interfere nas queixas e sintomas referidos. O rol de sintomas ou doenças mencionados são de ordem física e emocionais tais como: ansiedade; dor nos ombros, coluna, braço, peito e tornozelo; dores generalizadas; enxaqueca; tendinite; estresse; insônia;

fibromialgia; esquecimento; apneia do sono; asma; hipertensão; colesterol; tireoide; e melanoma no olho. (Montenegro, 2018, p. 12).

Além disso, não são apenas as mulheres que sofrem com a associação específica do trabalho doméstico aos seus corpos. Em 2014, um garoto de sete anos foi espancado e morto pelo pai porque apresentava comportamentos afeminados, dentre eles gostar de lavar louça. O assassino confessou que já havia agredido o menino em outras ocasiões para "corrigir" o comportamento da criança e para ensinar o filho "a andar como homem"¹. Esse tipo de violência surge dessa diferença criada a partir dos corpos: uma diferença biológica se torna uma desigualdade e cria a violência de gênero.

É de urgência, portanto, pensar possibilidades que diminuam ou solucionem radicalmente a disparidade presente nessas relações sexo-trabalho. Quais são essas alternativas e de quais grupos específicos surgem? Quais são seus pontos positivos e negativos? Mais importante, quais são suas limitações e como podemos superá-las? É que o exploramos a seguir.

Medidas e soluções

As feministas tentaram sintetizar diferentes soluções para o problema do trabalho doméstico. Uma das propostas é remunerar esse trabalho de forma que as donas de casa recebam salário ou uma compensação pelos anos de serviço doméstico prestados à família, além de reconhecê-lo como tempo de colaboração para aposentadoria. Na Argentina, por exemplo, foi apresentado em 2021 o *Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais*, que permitiria até 155 mil mulheres se aposentarem contando como tempo de trabalho o período em que se dedicaram à criação dos filhos, contando inclusive com o tempo tirado na licença maternidade.

A maternidade também é reconhecida como trabalho e conta para a aposentadoria no Projeto de Lei (PL) 2647/2021 no Brasil, que propõe adicionar ao tempo de colaboração da seguinte maneira:

{...} um ano de tempo de serviço por cada filho nascido com vida; dois anos de tempo de serviço por cada criança menor de idade adotada como filho; ou por filho biológico nascido com incapacidade permanente. Mães que possuem mais de 12 meses de adesão ao Regime Geral de Previdência Social poderão

¹ Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2014/03/menino-e-espancado-e-morto-pelo-pai-porque-gostava-de-lavar-louca-4437801.html>.

também computar mais dois anos adicionais por cada filho nascido com vida ou criança menor de idade adotada como filho. Os prazos de licença-maternidade ou licença-paternidade serão computados como tempo de serviço, exclusivamente para efeito de aposentadoria da mãe ou pai.²

Dentro do sistema capitalista, ambos os movimentos aparentam buscar uma remediação ao problema da desigualdade da carga de trabalho entre os gêneros, entretanto, também reforçam a lógica do capital e o local que cada sexo deve ocupar dentro da divisão do trabalho. Nenhum dos projetos cita, por exemplo, a possibilidade do homem, se for o cuidador primário dos filhos, desfrutar dos benefícios estipulados.

O feminismo marxista, por sua vez, propõe a socialização do trabalho doméstico através da criação de restaurantes, lavanderias e creches comunitárias, o que implicaria em geração de emprego e uma diminuição da sobrecarga que castiga as mulheres trabalhadoras, numa tentativa de erradicação efetiva dessa desigualdade.

Já em 1907, Alexandra Kollontai apontava para a questão acima em seu texto *Os fundamentos sociais da questão feminina*. Seu argumento principal é de que as feministas — que, contextualmente, eram mulheres da classe burguesa que buscavam um tipo específico de emancipação política na Rússia e outros países da região, — não eram capazes de compreender as necessidades reais das mulheres proletárias que constituíam a maioria da população. O mundo, mesmo das mulheres, seguia dividido pela questão de classe.

Ainda assim, isso não significava que as conquistas das feministas não representassem uma mudança importante para as mulheres enquanto grupo, e de forma alguma a busca pela radicalização deveria impedir a busca pelas reformas que convergiam com os interesses do proletariado e das mulheres proletárias:

A solução radical para a questão dos trabalhadores só é possível com a reconstrução completa das relações produtivas modernas. Mas isso deve nos impedir de trabalhar para reformas que servem para satisfazer os interesses mais urgentes do proletariado? Pelo contrário, cada nova meta da classe operária representa um passo que conduz a humanidade para o reino da liberdade e da igualdade social: todo o direito que as mulheres ganham traz-lhe mais perto do objetivo conjunto de emancipação total. (Kollontai, 1907).

Pensando na questão do trabalho doméstico aqui colocada, as soluções como as propostas de lei da Argentina e do Brasil são, sim, medidas que interessam e devem ser

² Disponível em: <https://lunetas.com.br/pl-cuidado-domestico-aposentadoria/>.

defendidas pelas trabalhadoras e trabalhadores, visto que são essas as possibilidades oferecidas pelo sistema burguês e que podem ser de benefício a curto prazo. A remuneração do trabalho doméstico pode, por exemplo, ter um impacto nos dados sobre violência doméstica: mulheres em situação de vulnerabilidade financeira que dependem exclusivamente de seus parceiros conseguiriam uma fonte de renda alternativa, mas isso também as condena ao trabalho doméstico por necessidade.

Ao mesmo tempo, por um outro lado, a prática de violência patrimonial — entendida pela lei brasileira como "qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades", — por exemplo, também poderia ter um aumento exponencial, visto que o espaço do lar se torna o instrumento através do qual o trabalho é praticado. Por essa perspectiva, Kollontai está certa sobre seu apontamento a respeito das relações produtivas, em especial se adaptarmos essa relação para o neoliberalismo presente na atualidade, que se instala não só como uma nova forma de produção, mas também como uma racionalidade que permeia todo o tecido das relações interpessoais. Os relacionamentos se tornam vínculos empregatícios, e são mais uma vez instrumentalizados pela lógica do capital. Em que medida a remuneração do trabalho doméstico emancipa a mulher na materialidade? Não parece, pelo que foi apresentado até então, que essa remuneração e recompensa em anos de contribuição apenas reforça essa divisão sexual do trabalho?

Voltando aos escritos de Kollontai, no mesmo texto existe também o seguinte apontamento: "seria necessário um cataclismo colossal de toda a estrutura social e econômica antes que as mulheres pudessem começar a recuperar a importância e independência que perderam" (Kollontai, 1907). Essa perspectiva está de acordo com a necessidade de soluções radicais, porém nota-se que Kollontai viveu a experiência pré-socialista na Rússia, assim como a própria experiência socialista. Ainda assim, não havia a garantia de que, conjuntamente com a derrota do capitalismo por outro sistema, uma emancipação das mulheres fosse viabilizada. Da mesma forma que o capitalismo se infiltra nas relações sociais e pessoas, as relações gênero-trabalho também o fizeram, e elas persistiram para além da revolução.

Existe, portanto, uma lacuna na solução de comunistas como a Kollontai. Afinal, retirar esses trabalhos da esfera privada, ou seja, da casa de cada família, não implica necessariamente que esses trabalhos deixarão de ser das mulheres. Tal como acontece com os trabalhos

relacionados ao cuidado — como enfermeira, professora dos ensinos básicos, etc., — a socialização do trabalho doméstico não o desassocia automaticamente da mulher.

A quem caberia ocupar as profissões de lavadeira, passadeira, cozinheira, servente, professora e assim por diante nessas instituições socializadas? A quem caberia levar as crianças às creches e aos restaurantes, levar as roupas às lavanderias? Às mulheres, é claro.

Parece que é preciso, então, que, junto à socialização dos trabalhos domésticos, aconteça também um movimento de desassociação dos corpos feminino e masculino de determinadas categorias do trabalho. A divisão do trabalho é pensada a partir do sexo biológico dos indivíduos, das construções dos papéis de gênero feitas sobre essa mesma característica. É necessário repensar essa divisão e formas de extingui-la, abolindo essa lógica da desigualdade gerada pela diferença.

E, para entender melhor essa necessidade, é preciso antes falar sobre a centralidade dos corpos e o determinismo biológico que foi naturalizado no ocidente, e como essa decisão arbitrária de construção da sociedade e de divisão hierárquica dos corpos em "machos" e "fêmeas" acarreta necessariamente em uma continuidade não só dos problemas do trabalho doméstico, mas dos chamados "problemas da mulher" em sua totalidade.

2. Gênero e sexo enquanto invenções

Bio-lógica e o ocidente

A autora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí chama atenção em seu livro *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano sobre os discursos ocidentais de gênero* para a forma como a sociedade Ocidental se construiu sobre uma bio-lógica e uma somatocentralidade que, somadas, resultaram em uma cultura que centraliza o corpo e a biologia como determinadores do local social, mental e pessoal de um indivíduo dentro daquele sistema e os indivíduos sobre os quais o sistema se impõe.

Para contextualizar e explicar de forma mais profunda sua tese, a autora começa expondo como a hierarquização da sociedade ocidental tem a biologia como seu principal pilar. O pensamento ocidental, e conseqüentemente sua sociedade, se desenvolveu a partir de uma ideia de diferença como degeneração; inicialmente científica, como algo que se afasta do original, mas também uma moral, como desvios comportamentais. Entretanto, essencialmente, ambas se referem a um distanciamento do que é considerado "normal" — e essa definição é dada por quem integra o poder, criando uma naturalização de seu próprio biológico em oposição aos "Outros".

De forma contraditória, a história do ocidente se apresenta como uma história do pensamento racional, afastado da corporalidade, que é justamente a degradação da natureza racional humana. Esse afastamento colaborou para uma naturalização do discurso dominante, afinal os corpos que produziam esse conhecimento racional só podiam estar ausentes porque definiam a si mesmos como o original do qual outros corpos se afastaram.

Mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas que foram qualificadas com o rótulo de “diferente”, em épocas históricas variadas, foram consideradas como corporalizadas, dominadas, portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é um corpo (Oyěwùmí, 2021, p. 29).

Efetivamente, esses Outros se afastaram da razão justamente por serem corpos e, portanto, estarem dominados pelos instintos e afetos. Para Oyěwùmí, a cultura ocidental está permeada por uma "fiscalidade pura" que se refere tanto ao corpo quanto às metáforas do corpo. Em suas palavras: "Ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas" (Oyěwùmí, 2021,

p. 28). A sociedade ocidental se funda a partir dessa diferença, e nela se estabelece — de forma naturalizada, mas não natural, — um determinismo biológico que atravessa todos os campos de estudo e análise, que a autora chama de "raciocínio corporal" (Oyěwùmí, 2021, p. 32).

A autora explica também que a fonte desse vínculo é a priorização do sentido da visão pelo Ocidente. Ver um corpo é impor sobre ele diversas características sociais, psicológicas, comportamentais, etc. e também é despi-lo de outras (Oyěwùmí, 2021, p. 28). Até mesmo a fala ocidental sobre o conhecimento é voltada para o enxergar: o saber é uma iluminação. Esse raciocínio corporal é que dita a forma como a hierarquia e as diferenças vão se dar socialmente, independente do tempo ou da justificativa por trás da criação dessa binaridade.

A constante nessa narrativa ocidental é a centralidade do corpo: dois corpos à mostra, dois sexos, duas categorias persistentemente vistas — uma em relação à outra. Essa narrativa trata da elaboração inabalável do corpo como o local e a causa de diferenças e hierarquias na sociedade. No Ocidente, desde que a questão seja a diferença e a hierarquia social, o corpo é constantemente colocado, posicionado, exposto e reexposto como sua causa. A sociedade, então, é vista como um reflexo preciso do legado genético. (Oyěwùmí, 2021, p. 35).

Mesmo com o desenvolvimento de estudos como o construtivismo e os movimentos feministas, que tentaram descentralizar a questão da biologia como determinadora do indivíduo, a "biologização" seguiu como uma articulação do pensamento e da forma de encarar o mundo do Ocidente (Oyěwùmí, 2021, p. 37). Por causa do imperialismo, o debate corporalizado foi universalizado para dentro de outras tradições, povos e culturas, o que não se comprova na materialidade e muda inclusive a dinâmica de todos os estudos dentro daquela cultura específica:

Em culturas nas quais o sentido visual não é privilegiado, e o corpo não é lido como um modelo da sociedade, as invocações da biologia são menos prováveis de ocorrer porque tais explicações não têm muita importância no campo social. (Oyěwùmí, 2021, p. 37).

Os homens se colocam como pré-estabelecidos a partir da biologia e as mulheres se tornam este Outro. Essa é uma das formas de categorizar os corpos dentro do raciocínio corporal que a autora identifica, sustentado pela bio-lógica, e que "naturalizam relações sociais por meio de um sub-reptício determinismo biológico" (Nascimento, 2019, p. 10). O Ocidente todo se constrói sobre essa dinâmica de ver um corpo e atribuir a ele uma porção de premissas baseadas puramente na biologia. E, é claro, isso implica diretamente em um relacionamento com a

possibilidade de concretização do capitalismo enquanto sistema dominante, tópico que será explorado a seguir.

A bio-lógica no capital

A lei equipara a mulher em direitos, mas a realidade ainda não a libertou: as operárias e camponesas continuam subjugadas ao trabalho doméstico, como escravas dentro da própria família.
(Kollontai, 1918).

Poder-se-ia especular, a partir da noção de que a bio-lógica é uma forma hierárquica através da qual o Ocidente se construiu, que seria suficiente contornar a centralidade dos corpos sem recorrer ao desmantelamento das relações produtivas do capitalismo para solucionar as questões de gênero. Entretanto, isso se prova impossível, visto que, historicamente, é sobre a divisão sexual do trabalho e a exploração do trabalho reprodutivo dos corpos femininos que o capitalismo consegue bases para se erguer. Silvia Federici trata desse tema em seu livro *O Calibã e a Bruxa*, logo no primeiro capítulo, colocando que:

Se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe. [...] se na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes, e a pergunta que devemos nos fazer é se foi transcendida a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular. (Federici, 2017, p. 31).

No capitalismo, portanto, os conceitos de feminino e masculino foram construídos e naturalizados com um propósito específico que servia os interesses da classe dominante, e que seguem se adaptando até hoje — ainda disfarçados no discurso do fatalismo biológico, — para os interesses dessa mesma classe à medida que eles se renovam. Não à toa pode-se afirmar que "a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano" (Federici, 2017, p. 268). A autora também explica o papel central que os corpos femininos ocuparam na construção do capitalismo através da acumulação primitiva:

A acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista. Não é por acaso que seu exemplo histórico originário tenha sedimentado estratégias que, diante de cada grande crise capitalista, foram relançadas, de diferentes maneiras, com a finalidade de

baratear o custo do trabalho e esconder a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais. (Federici, 2017, p. 36).

Seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente à serviço da acumulação capitalista (...) o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força do trabalho, tratado como uma máquina natural de criação (Federici, 2017, p. 178).

Federici também reforça que são os pilares do capital que destroem a legitimidade das atividades domésticas enquanto um trabalho. Efetivamente, o capitalismo se aproveita dessa construção hierárquica para oprimir as categorias que ela mesma cria, transformadas neste Outro que Oyěwùmí denunciava. As mulheres são um Outro e, portanto, o produto do seu trabalho é desvalorizado intencionalmente ao longo da história e convertido em não-trabalho ou num encargo natural que cabe àquele corpo biológico específico. Nas palavras da própria autora:

As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho. (Federici, 2017, p. 52-53).

O tópico também aparece em *O ponto zero da revolução*, também de Federici, onde a autora explica que:

O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta. (Federici, 2019, p. 42-43).

Esse movimento vai ao encontro direto da bio-lógica colocada por Oyěwùmí, e também com a questão colonial, afinal as dinâmicas para estabelecer esse acúmulo primitivo e a

imposição do capitalismo sobre outras tradições e organizações se mantêm as mesmas. Federici usa em seu livro o exemplo da Nigéria:

O propósito declarado do programa consistia em fazer com que a Nigéria chegasse a ser competitiva no mercado internacional. Mas logo se percebeu que isso pressupunha um novo ciclo de acumulação primitiva e uma racionalização da reprodução social orientada para destruir os últimos vestígios de propriedade comunitária e relações comunitárias, impondo desse modo formas mais intensas de exploração. Foi assim que assisti, diante de meus olhos, ao desenvolvimento de processos muito similares aos que havia estudado na preparação de Il Grande Calibano. Entre eles, o ataque às terras comunitárias e uma intervenção decisiva do Estado (instigada pelo Banco Mundial) na reprodução da força de trabalho, com o objetivo de regular as taxas de procriação e, no caso nigeriano, reduzir o tamanho de uma população que era considerada muito exigente e indisciplinada do ponto de vista de sua esperada inserção na economia global. (Federici, 2017, p. 20).

Para colonizar um povo, é necessário primeiro despi-lo de suas próprias noções de identidade, destruindo qualquer que seja o sistema anterior para implantar o sistema do colonizador. Oyèwùmí alertou igualmente para como o colonialismo impactou o território nigeriano e replicou esse processo contra as tradições iorubá, muito antes dos acontecimentos observados por Federici nos anos 80:

O processo colonial teria inserido transformações culturais no sistema educacional que plantaram a perspectiva de uma classificação hierárquica através dos gêneros, promovendo o privilégio dos homens — no processo mesmo de inventá-los — e estruturando a formação de um estado patriarcal no território nigeriano. (Nascimento, 2019, p. 13).

Parece ser inegável, então, com todas as evidências apresentadas, que o capitalismo e sua estrutura tem uma relação intrínseca com a bio-lógica e o raciocínio corporal que constrói a realidade a partir dos corpos como são concebidos biologicamente, em prol dos interesses da classe dominante — seja ela a burguesia ou os colonizadores, muitas vezes ainda um mesmo grupo.

Durante a história dos estudos feministas e decoloniais, muitas foram as propostas para solucionar não só a questão da divisão sexual do trabalho, mas os problemas de gênero como um todo, inclusive tendo em vista a relação íntima entre a construção desses gêneros e o sistema regente da atualidade. E, se a solução das comunistas se mostra poderosa nesse enfrentamento, ainda não parece lhe faltar um ataque específico a essa construção do determinismo biológico

a partir do qual o capitalismo preda sobre diferentes corpos? Quais passos educacionais podem ser tomados, na caminhada revolucionária para a qual a própria Kollontai nos chama em *Às Mulheres Trabalhadoras* — "Então, mãos à obra, camaradas trabalhadoras! Iniciem sua emancipação!" (Kollontai, 1918), — para dialogar também com essa necessidade de combater a bio-lógica e o raciocínio corporal como foram entendidos até aqui?

As comunistas podem ter localizado corretamente o problema no capitalismo, mas ainda aparenta faltar um segundo movimento de descentralização do corpo, que está no cerne do próprio capitalismo, para que a derrubada desse sistema possa dar luz a uma nova forma de sociedade pensada *para* os corpos e não *a partir* deles. Seria possível tal formulação? Isto é o que se investigará a seguir.

3. A radicalização

A vida muda continuamente diante de nossos olhos; antigos hábitos e costumes desaparecem pouco a pouco. Toda a existência da família proletária se modifica e se organiza de uma forma tão nova, tão estranha, como nunca podemos imaginar.
(Kollontai, 1920).

O anti-capitalismo e a família

A solução radical é um ataque à raiz do problema. Até aqui, foram identificados como raiz do problema a estrutura centrada na biologia na qual a sociedade se constrói e o sistema capitalista, que desfruta dessa estrutura para seu próprio benefício em detrimento do bem estar da classe trabalhadora, — mas também de formas mais específicas sobre diferentes corpos dentro dela própria, e mesmo na classe dominante.

Estando o capitalismo enraizado na divisão sexual do trabalho e na superexploração dos trabalhos femininos de reprodução e daqueles que se relacionam com a questão do cuidado, o anti-capitalismo se apresenta como o único ponto de partida para o combate efetivo. Não há, baseado nas evidências até então apresentadas, forma de conciliação das questões do trabalho doméstico dentro do sistema capitalista.

É preciso então uma nova educação e ações práticas para construir uma realidade completamente diferente, o que não é ao todo um trabalho simples de realizar. Muito pelo contrário, essas possibilidades vêm sendo exploradas há décadas, e de forma exaustiva. Instintivamente, talvez fosse possível responder que essa responsabilidade recai sobre os movimentos feministas, mas é preciso ter cuidado e reconhecer uma problemática que já foi trazida por ambas as autoras centrais deste trabalho.

A crítica de Kollontai parte de um momento histórico em que o feminismo pertence a uma classe específica, a classe burguesa, e não serve às preocupações das mulheres trabalhadoras. Sua posição é bastante dura quando, nos *Fundamentos Sociais da Questão Feminina*, expressa que:

Onde, então, está a "questão da mulher" geral? Onde está a unidade de tarefas e aspirações sobre o qual as feministas têm muito a dizer? Um olhar frio à realidade mostra que a unidade não existe e não pode existir. (Kollontai, 1907).

Também Oyěwùmí expressa alguns receios com o movimento feminista, já na contemporaneidade. Em sua observação, os principais pilares que estruturam o feminismo (mulher, gênero e sororidade) partem da mesma análise de uma família nuclear generificada (Oyěwùmí, 2004, p. 3). Isso agrava a dificuldade de se estudar e observar outras estruturas familiares fora daquela construída pela Europa colonizadora, mas também de pensar outras possibilidades de família que não repitam, em nível unitário, o sistema patriarcal e de capital que coloca todas as dificuldades previamente discutidas sobre os corpos das mulheres. A autora detalha como isso acontece, e como essa estrutura familiar dialoga diretamente com a relação gênero-trabalho:

A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado. (Oyěwùmí, 2004, p. 3-4).

Parece ser preciso que se reconheça, no processo da radicalização, o papel da família na educação e reprodução dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Afinal, é um pai que mata seu filho porque ele reproduzia uma atividade doméstica, não associada a um conceito de masculinidade inflexível. É necessário e indispensável que se continue a fazer uma avaliação constante da estrutura familiar, mas também é necessário assumir sua descartabilidade na construção de uma educação revolucionária e de uma possível sociedade pós-capitalista. E, além disso, é preciso constantemente lembrar-se que os movimentos feministas não são ideias no ar, mas partem de bases materiais para suas análises, o que tantas vezes pode e tornou-as efetivamente limitantes.

Desfazer-se da família — algo tão íntimo do indivíduo na teia social da contemporaneidade, — não é um mero passo que se toma na direção da radicalização, mas também não há razão para pensar que 1) não é um passo necessário e; 2) não é uma possibilidade concreta. A família já sofreu alterações, como a própria Kollontai já colocava no século passado, no texto *O Comunismo e a Família*: "Toda a existência da família proletária se modifica e se organiza de uma forma tão nova, tão fora do comum, tão estranha, como nunca podemos imaginar." (Kollontai, 1920).

Também no mesmo texto, a autora apresenta que essa é apenas uma mais uma etapa num processo de mudança das formas de produção:

não há nenhuma razão para que nos aterrorizemos diante do fato de que a família sofra uma mudança, porque gradualmente se descartem vestígios do passado vividos até agora, nem porque se implantam novas relações entre o homem e a mulher. Não temos mais que nos perguntar: "o que morreu em nosso velho sistema familiar e que relações há entre o homem trabalhador e a mulher trabalhadora, entre o campones e a camponesa?" (Kollontai, 1920).

Há uma constância na mudança das dinâmicas relacionais, e os movimentos radicais — assim como outros movimentos de cunho transformador socialmente, — precisam se manter atentos a esse fato para não espelharem suas construções e sua educação sobre as bases que constróem os problemas enfrentados em primeiro lugar.

Conclusão

Oferecer uma solução radical ao problema do trabalho doméstico começa em identificar sua raiz, sendo esta uma construção em camadas. Primeiramente, nota-se a relação sexo-trabalho, na qual determinados trabalhos — como os relacionados ao cuidado, — são definidos como responsabilidade de um sexo específico: o feminino. Depois, acontece a inserção dessa relação na lógica do capital, mas, mais do que isso, a própria lógica do capital se constrói sobre esta exata base.

O capitalismo lucra justamente sobre a base da generificação das relações entre corpos biológicos, dando a eles um destino e uma função dentro das engrenagens do sistema, e a família tem um papel oculto nessa dinâmica, ao replicar na esfera individual o que acontece na estrutura maior dessa sociedade.

É de grande relevância manter os estudos e análises atualizados na construção das diversas propostas de intervenção nessa sociedade. Estar atento às causas do problema do trabalho doméstico, por exemplo, norteia as melhores soluções e remediações possíveis para cada momento. Se, por um lado, a remuneração do trabalho doméstico parece uma via cabível para ajudar com a saúde física e mental da mulher trabalhadora superexplorada, por outro ela reforça todo o complexo arranjo que gerou essa desigualdade em primeiro lugar, empurrando este corpo biológico específico, "mulher", mais fundo nas funções que o adoecem cotidianamente.

Bibliografia

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora Elefante, São Paulo, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora Elefante, São Paulo, 2019.

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007

KOLLONTAI, Alexandra. **Às mulheres trabalhadoras**, 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1918/mes/mulheres.htm>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. **Os fundamentos sociais da questão feminina**, 1911. Tradução: Maria Luiza Oliveira. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. **As relações entre os sexos e a luta de classes**, 1907. Tradução: Maria Luiza Oliveira. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. **O Comunismo e a Família**, 1937. Tradução: Carlos Henrique. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm. Acesso em: 06 de julho de 2023.

MELLO, Soraia Carolina de. **TRABALHO DOMÉSTICO: COISA DE MULHER? DEBATES FEMINISTAS NO CONE SUL (1970-1989)**. Editora Multifoco, Rio de Janeiro. 2011.

NASCIMENTO, W. F. **OYÈRÓNKÉ OYĚWÙMÍ: POTÊNCIAS FILOSÓFICAS DE UMA REFLEXÃO**. *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 10. n. 2 (2019), p. 8-28ISSN 2236-8612doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i2.49121>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49121>. Acesso em: 17 de dezembro de 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano sobre os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e os desafios das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.